



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas este Relatório de Administração, referente às atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2006 e que será, a seu tempo, acompanhado dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, assim como da manifestação do Conselho de Administração.

1 - PRINCIPAIS RESULTADOS

Na condição de empresa pública encarregada de universalizar o abastecimento de água e o saneamento ambiental, a CORSAN permeou suas atividades por rigorosos princípios de ética e responsabilidade social, tratando de aliar sustentabilidade ambiental a uma base econômica sólida. Resultados positivos, para uma empresa pública, só se integram perante o cumprimento concomitante de seus objetivos sociais e humanos. As importantes conquistas apresentadas a seguir traduzem uma busca da excelência empresarial redobrada pelos esforços de contemplar princípios de universalização e acesso ao bem vital de que se constituem os produtos e serviços da CORSAN:

- 29 prêmios e certificações conquistados no ano de 2006;
- 173 mil pessoas com novos acessos a água tratada em 2006;
- Obtenção de lucro há quatro exercícios consecutivos;
- 450 mil pessoas alcançadas por ações do Programa de Educação Ambiental da CORSAN;
- 98,5% dos investimentos realizados com recursos próprios, como estratégia de eficiência de curto, médio e longo prazos assumidos perante a descontinuidade de uma política de crédito federal para este fim;
- Capitalização de parte da dívida do BID – Projeto “Pró-Guaíba”;
- Implementação do Novo Contrato de Programa.

Em 2006, a expansão dos serviços prestados pela CORSAN permitiu estender o abastecimento de água a 46.270 novas economias e a coleta de esgotos a 7.798. Assim, mais 173.000 pessoas, no Rio Grande do Sul, passaram a receber os benefícios da principal fonte de vida e saúde, essencial para seu bem-estar.

Variáveis Físicas e Financeiras

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2006	2005	Varição %
Economias Totais Água	ECO	2.133.984	2.087.714	2,2
Economias Totais Esgoto	ECO	228.489	220.691	3,5
Servidores em Atividade	Pessoas	4.250	4.373	-2,8
Volume Aduzido (*)	1.000 m³	527.212	526.935	0,1
Volume Produzido (**)	1.000 m³	510.495	508.406	0,4
Receita Operacional	R\$ milhões	1.013,2	915,9	10,6
Custo Total dos Serviços	R\$ milhões	564,2	537,0	5,1

(*) Volume de água captada para tratamento

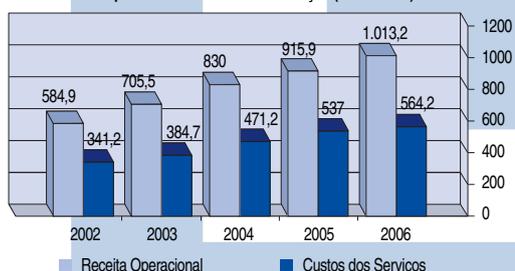
(**) Volume Produzido = Volume Aduzido – Volume de Água de Processo

O Volume de Água Produzido aumentou em 0,4% em relação ao ano de 2005, ou seja, houve um incremento de 2.089.000 m³. No que tange ao Volume Aduzido houve um aumento de 277.000 m³, obtendo-se uma variação positiva de 0,1%. Em análise aos indicadores apresentados verifica-se uma proporcionalidade nas variáveis físicas, acompanhada de um melhor controle nas perdas operacionais, no que se refere ao Volume de Água de Processo.

O Departamento de Educação Ambiental da CORSAN, que conta com a participação de facilitadores voluntários, com apoio das nove superintendências regionais, difundiu amplamente, em todas as regiões do Rio Grande do Sul, conceitos e práticas de conservação e valorização das fontes de água potável, bem como da importância do saneamento básico na vida das comunidades, resultando em mais de 450 mil pessoas beneficiadas por estas ações.

O excelente resultado da CORSAN em 2006, com lucro líquido de R\$ 31,4 milhões, foi decorrente, principalmente, do aumento da comercialização de água tratada, redução de perdas (físicas e de faturamento), bem como atualização das tarifas. Como empresa pública responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto, manteve suas atividades buscando qualificar cada vez mais o processo de gestão e o relacionamento com seu público. Este esforço resultou no crescimento da Receita Operacional, 10,6% em relação a 2005 e 10,3% em relação ao ano anterior. Os Custos dos Serviços continuam mantendo-se em torno de 56% nos últimos quatro anos em relação à Receita Operacional, com crescimento de 5,1% em relação a 2005, e de 14% em relação ao ano de 2004, como pode ser observado na figura a seguir:

Receita Operacional x Custos dos Serviços (R\$ milhões)



No exercício de 2006, as despesas com pessoal somaram R\$ 323,9 milhões, correspondendo a 32% da Receita Operacional. Nos últimos cinco anos, representam em média 33%, conforme demonstrado na figura abaixo:

Receita Operacional x Despesas com Pessoal (R\$ milhões)



2 - AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 - PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO DA CORSAN (PMG)

Em continuidade às ações que visam a melhoria dos processos de gestão, a Companhia alcançou importantes resultados no último período, a partir da ampliação das ações do Programa de Melhoria de Gestão – PMG, sendo focado em três grandes linhas de atuação:

- Corporativo;
 - Superintendências Regionais/Unidades de Saneamento;
 - Tecnologia da Informação e Comunicação.
- No âmbito Corporativo, os Comitês de Gestão e de Implementação, partindo do desdobramento do Mapa Estratégico da CORSAN, através de utilização do Balanced Scorecard - BSC, elaboraram os Mapas das Diretorias e das Superintendências Funcionais, visando o atendimento dos resultados-chave (aumento da arrecadação, redução das despesas e controle das perdas físicas e comerciais) e a melhoria de aspectos operacionais, satisfação dos clientes, qualidade de produtos e serviços, motivação dos colaboradores, entre outros. Os objetivos estratégicos dos Mapas foram transformados em projetos, contendo cronograma, indicadores e metas. Também evoluíram os aspectos relativos à sistematização de processos em unidades organizacionais corporativas, destacando-se:
- Superintendência de Contabilidade – SUCONT, a qual implantou sistema de gestão baseado nos critérios da ISO 9001:2000, obtendo recomendação para certificação por instituição credenciada;
 - Superintendência de Tratamento – SUTRA, através da ampliação do escopo da certificação do Laboratório Central pela ISO GUIDE 17025;
 - Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos e Resíduos Sólidos do Polo Petroquímico – SITESL e Central de Tratamento de Efluentes do Complexo Automotivo de Gravataí – CETEL, com a manutenção da certificação pela ISO 14001.
- O PMG consolidou o processo de qualificação das Unidades de Saneamento (USs), baseado nos critérios e práticas do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) e do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), tendo alcançado, em 2006, a marca de 46 USs (além do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos – SITESL) integradas ao Programa.

Como fruto deste trabalho, relacionamos os principais reconhecimentos públicos alcançados em 2006:

- Troféu Bronze PQRS/2006 – Prêmio Qualidade RS – para as USs de Cachoeirinha e Dois Irmãos;
- Medalha Bronze PQRS/2006 para as US de Santa Maria, Restinga Seca, Ijuí, Santa Rosa, Bento Gonçalves, Nova Petrópolis, Montenegro, Passo Fundo, Vacaria, Campo Bom, Taquara, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas e SITESL;

- Troféu PNQS/2006 (ouro) Nível II para a US de Dois Irmãos;
- Troféu PNQS/2006 (bronze) Nível I para as USs de Campo Bom, Camaquã, Esteio, Montenegro e SITESL;
- Diploma PNQS/2006 Nível I para as USs de São Lourenço do Sul, Santa Maria, Restinga Seca, Ijuí, Vacaria e Taquara.

2.2 - OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

A CORSAN desenvolveu trabalho em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e o Ministério Público do Rio Grande do Sul para elaboração de um modelo de contrato de delegação de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Essa nova figura jurídica, denominada Contrato de Programa, buscou atender às exigências legais e garantir a consolidação das relações entre o poder concedente e a concessionária, além de padronizar procedimentos, incorporar indicadores de desempenho e incluir a designação de entidade de regulação e fiscalização, conforme prevê a lei do saneamento aprovada em dezembro de 2006.

Neste novo modelo contratual, que prevê, para assinatura do Contrato de Programa com a CORSAN, a necessidade de Lei Municipal Autorizativa, além da celebração de Convênio de Cooperação Técnica com o Estado e com a AGERGS, seguido de processo licitatório (que pode ser dispensado por se tratar de ente integrante da administração pública), já estão sendo firmados Contratos de Programa que terão sua vigência por 25 anos e serão de água e esgoto.

A Companhia tem participado intensamente dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. Ao aprofundar a interlocução com a sociedade civil organizada, a empresa contribui para fortalecer um modelo inovador de gestão dos recursos naturais. Além dos problemas ambientais, os Comitês atuam para diminuir conflitos de interesses entre usuários no uso e manejo da água.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter democrático impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte de sua política de responsabilidade social corporativa, a empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

3 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

As restrições impostas pelas agências de fomento, principais fontes financiadoras das Companhias de Saneamento, tanto para expansão de sistemas de abastecimento de água quanto de sistemas de esgotamento sanitário, e a insuficiência da oferta de recursos de longo prazo para o setor, permaneceram como características dominantes em 2006.

Mesmo assim, a CORSAN deu prosseguimento às tratativas com a Caixa Econômica Federal - CEF, via programa “Saneamento para Todos”, instituído pelo Ministério das Cidades, bem como com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e com o Banco Mundial - BIRD, com a finalidade de obter financiamento tanto para ações de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, quanto para projetos de desenvolvimento comercial e operacional.

A CORSAN continuou em 2006 honrando os compromissos assumidos em exercícios anteriores e deu continuidade ao plano de investimentos iniciado em 2003, exclusivamente com recursos próprios.

Dos investimentos em obras realizados, cabe destacar a conclusão da implantação da adutora de água bruta AD 2B unindo **Canoas, Cachoeirinha e Alvorada** em cerca de 20 km (Tb F¹F² JE DN800); a ampliação do SAA de **Antônio Prado** com aumento da produção via inserção de ETA (30 l/s); a captação, elevatória de água bruta e adutora de água bruta do Rio Jacuí (20 km DN250/DN300) para abastecimento de **Butiá**; a implantação de SAA em **Chuvisca** (10 l/s); a ampliação da reservação em **Santa Maria** mediante a implantação de reservatório apoiado em concreto, no parque da ETA, com volume de 5.000 m³; a ampliação da reservação em **Sapiranga** mediante a implantação de reservatório apoiado em concreto, com volume de 2.250 m³; captação e elevatória de água bruta no Rio Taquari para o SAA de Lajeado e conclusão da ETE Araucárias do SES de **Passo Fundo**.

Com referência ao programa “Saneamento para Todos”, foram encaminhadas cartas-consultas para obtenção de financiamentos com vista à implantação de projetos de expansão de sistemas de água e esgoto e de melhorias operacionais, envolvendo 88 localidades. Destes projetos foram priorizados 32, e finalmente habilitados no processo seletivo 21, sendo 4 de expansão de SAA e 17 de desenvolvimento operacional.

Quanto ao BNDES, foi encaminhada consulta prévia para financiamento de projeto de desenvolvimento operacional com a finalidade de redução das perdas físicas de água em 13 sistemas de abastecimento de água, incluindo os grandes sistemas integrados da região metropolitana.

Quanto às cartas-consultas encaminhadas à Secretaria de Assuntos Internacionais -SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referentes aos Programas de Modernização e Expansão Estratégica - PROMODEC e Programa de Desenvolvimento Municipal e Urbano da Bacia do Rio Gravataí - PRÓ-GRAVATAÍ, com vistas à captação de recursos junto ao Banco Mundial, em decorrência das atuais dificuldades relativas à concessão das carta-consultas por parte do Estado do Rio Grande do Sul, permanecem sem possibilidades de aprovação no curto prazo.

Ao mesmo tempo, levando-se em conta que para pleitear recursos para investimentos é condição primária ter um bom estoque de projetos, a CORSAN desenvolveu em 2006:

- 17 estudos de concepção e 27 projetos de sistemas de esgotamento sanitário abrangendo 44 localidades;
- 36 projetos de sistemas de abastecimento de água, sendo 23 referentes à produção de água e 13 relativos à distribuição, abrangendo 30 localidades.

3.1 - INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os valores destinados a obras e outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento, podem ser visualizados no quadro a seguir:

Programa	Investimento (R\$ milhões)	Percentual (%)
Recursos Próprios	99,9	98,5
Outros	0,9	0,9
CEF (*)	0,3	0,3
PIMES (*)	0,3	0,3
Total	101,4	100,0

(*) O volume de recursos aportado por meio de financiamentos de longo prazo atingiu a soma de R\$ 0,6 milhão

Em que pese a continuidade da política do governo federal de restringir empréstimos originados de fontes oficiais de financiamento, notadamente às empresas estaduais do setor de saneamento, a Caixa Econômica Federal - CEF efetuou a liberação do saldo de recursos destinados a programas de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de desenvolvimento institucional contratados anteriormente.

4 - AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A CORSAN presta serviços de abastecimento de água para 2.133.984 economias, e de coleta e tratamento de esgotos para 228.489 economias do Estado do Rio Grande do Sul. Para adequar-se às demandas por saneamento que o novo século exige, a Companhia investiu recursos próprios com a plena convicção de que os benefícios relativos à saúde pública e ao meio ambiente justificam todos os esforços.

Em 2006, as redes coletoras de sistemas de esgotamento sanitário tiveram acréscimo de 33.927 metros em sua extensão, a capacidade de tratamento foi elevada em 99 m³/dia e a possibilidade de recalque de esgotos brutos foi elevada em 23 m³/dia.

Quanto aos sistemas de abastecimento de água, foram assentados 247.907 metros de novas redes de água, efetivadas substituições em uma extensão de 81.479 metros de redes e o volume de reservação ampliado em mais 6.140.000 litros.

A CORSAN e o Programa de Açudes e Poços - PAP, vinculado à Secretaria das Obras Públicas e Saneamento - SOPS, perfuraram 291 poços tubulares profundos em diversas localidades, perfazendo um total de 40.413 metros.

Cabe reiterar que o Rio Grande do Sul dispõe de um sistema de perfuração de poços que são construídos de acordo com padrões técnicos e legais que possibilitam o constante monitoramento da qualidade da água. Para a CORSAN, o combate ao uso de fontes alternativas, como poços artesanais clandestinos e ligações irregulares, que concorrem com o sistema de abastecimento público, é um dos desafios permanentes. As comunidades em desvantagem social são as mais vulneráveis aos riscos que os poços instalados de forma ilegal causam à saúde da população.

Para minimizar possíveis impactos causados por obras de infra-estrutura, a empresa prosseguiu em suas ações de plantios compensatórios, mediante aquisição de mudas de árvores nativas.

5 - AÇÕES OPERACIONAIS

Em busca de maior eficiência e eficácia na operação dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e industrial, foram desenvolvidas as seguintes ações:

5.1 - MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Todos os municípios onde a CORSAN atua, receberam relatórios mensais e semestrais sobre a qualidade da água disponibilizada, conforme orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - SISÁGUA. Todos os consumidores receberam relatório anual sobre a qualidade da água distribuída e dos mananciais, bem como informações mensais na conta de água.

5.2 - MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO INDUSTRIAL E RESÍDUOS SÓLIDOS

A CORSAN desenvolve e aplica normas, controles e padronização dos procedimentos de tratamento e gerenciamento de resíduos industriais nas atividades desenvolvidas através do Sistema de Tratamento de Efluentes Industriais SITESL, do Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos - SICECORS e da Estação de Tratamento de Água do SITESL (ETA/SITESL), situados no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo. Também a Central de Tratamento dos Efluentes Líquidos - CETEL, localizada no complexo automotivo da General Motors do Brasil, em Gravataí, está integrada a essa rede de proteção do meio ambiente.

5.3 - DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Em função da esliagem que atingiu o município de Erechim no verão de 2005, perfurou-se um poço profundo (900 metros) que retira água do Aquífero Guarani, num investimento de R\$ 3 milhões. Esta obra representou um marco tecnológico alcançado pela CORSAN, exigindo a contratação de equipamentos especiais, de origem petrolífera, e estabelecendo um novo padrão em comparação com a média de profundidade anteriormente realizada.

Em Rio Grande, para maior segurança e confiabilidade na operação do Canal Adutor e do Sistema de Abastecimento de Água da cidade e do Distrito Industrial, foram investidos recursos na melhoria e modernização do sistema de bombeamento de água.



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Deu-se continuidade ao programa de qualificação tecnológica do serviço de pesquisa e detecção de vazamentos com a aquisição de moto bombas para esgotamento de valetas, válvulas redutoras de pressão, rádios transceptores e diversos outros equipamentos, de relevante importância na manutenção dos serviços e redução do índice de perdas de água. Da mesma forma, manteve-se o programa de investimento em automação e monitoramento da operação e na renovação do parque de máquinas com a aquisição de motores elétricos de alto rendimento e de bombas, visando a contínua atualização tecnológica dos equipamentos dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

6 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS

As ações administrativas na gestão dos serviços, materiais, administração de pessoal, desenvolvimento dos recursos humanos e assistência aos empregados abrangeram no exercício de 2006:

6.1 - POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

A CORSAN em 2006, contou com um quadro de 4.250 empregados. Em seu benefício, assegurou uma política de recursos humanos que estimulou o autodesenvolvimento através de incentivos, principalmente, com auxílio financeiro para pagamento de cursos universitários. A política de benefícios adotada pela Companhia contempla a concessão de vale alimentação e rancho, plano de assistência médica extensivos aos dependentes, auxílio creche/babá e previdência privada.

A Empresa consolidou sua política de remuneração com o Programa de Participação nos Resultados, baseado em indicadores que estimulam a produtividade quantificada pela superação das metas fixadas. Contou também com uma política de remuneração fixa estipulada através de um plano de cargos e salários e acordos coletivos consolidados com vários sindicatos.

6.2 - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos nas áreas de formação gerencial, operacional, comercial, gestão e educação ambiental, legislação trabalhista, segurança no trabalho, atendimento ao público e informática proporcionou 8.007 oportunidades de treinamento, totalizando 7.576 horas de treinamento, cujo valor investido foi de R\$ 2,4 milhões.

Com o objetivo de criar um sistema de gestão moderno, dotando os colaboradores de visão estratégica e desenvolvendo competências gerenciais e técnicas, foi criada, em 2006, a Escola de Gestão da CORSAN, em parceria com a Escola de Administração da UFRGS tendo por objetivo preparar os empregados para ocupar postos de gestão nas Unidades de Saneamento e nos departamentos das Superintendências Regionais e Funcionais. É importante destacar o papel da Escola de Gestão na preparação de um quadro de pessoal apto à sucessão gerencial e profissional na Companhia.

Em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho, a CORSAN, com o apoio pedagógico do SENAI, elaborou projetos de cursos para aprendizes de instalador hidráulico e assistente administrativo. Além de contribuir para a formação de jovens carentes, o projeto visa preparar futuros prestadores de serviços, qualificando-os e tornando-os aptos para ocupar os empregos indiretos gerados pelo setor de saneamento.

6.3 - PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

O programa visou prestar assessoria às Unidades de Saneamento e departamentos da Empresa, quanto às relações de trabalho: intra-grupos (inter-pessoais), hierárquicas (chefias) e produtos (processos de trabalho). Prioriza o trabalho com grupos e a intervenção "in loco". Na área de medicina do trabalho foi estabelecido um maior controle sobre as causas de afastamentos e os diagnósticos de possíveis doenças ocupacionais, com o atendimento cada vez mais efetivo e comprovação através de exames e laudos de especialistas. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO foi adequado, incluindo todos os cargos existentes na Empresa, definido conforme a legislação atual, os exames necessários ao controle da saúde ocupacional.

6.4 - PROGRAMA DE DESIMOBILIZAÇÃO

No segundo semestre de 2006, foi desenvolvido um projeto para alienação de imóveis inservíveis. O primeiro processo licitatório reúne 23 propriedades com esta característica, localizadas na Superintendência do Planalto Médio – SURPLA, cuja avaliação totaliza R\$ 0,5 milhão. Na Superintendência da Região Central – SURCEN foram identificadas 26 áreas que estão em fase de avaliação.

6.5 - PADRONIZAÇÃO DE NORMAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

A CORSAN firmou Termo de Convênio com empresas do setor de saneamento básico, em nível nacional, visando a unificação e uniformização das normas referentes a aquisição de suprimentos e contratação de serviços. Conseqüentemente, será criado junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas, um comitê setorial específico do saneamento. Qualificação e economia de escala no emprego de materiais e ou serviços são os resultados intrínsecos ao objeto do Convênio.

6.6 - RENOVAÇÃO DA FROTA

A empresa renovou parte substancial de sua frota de veículos utilitários, para atendimento das demandas operacionais, proporcionando maior disponibilidade à operação e manutenção de sistemas de água e esgoto. Como política de redução de custos, a Companhia vem, gradativamente, substituindo sua frota própria de utilitários por veículos locados. Em 2006, foram renovados 48 veículos nesta modalidade.

7 - AÇÕES COMERCIAIS

Para otimizar a eficiência das relações comerciais da Companhia, foram implementadas no ano de 2006 as seguintes medidas:

7.1 - PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA MICROMEDIÇÃO

Na área de micromedição, foram investidos recursos para a recuperação de 80.000 hidrômetros, direcionados à substituição de medidores parados e ou quebrados, 120.000 destinados à modernização do parque de hidrômetros e 70.000 na ampliação da micromedição, bem como a continuidade nas melhorias das Oficinas Regionais de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo.

7.2 - SISTEMA MÓVEL DE FATURAMENTO

No ano de 2006 o processo de emissão da conta, simultaneamente à leitura, foi consolidada, e a sua abrangência sendo a todos os imóveis abastecidos pela CORSAN.

7.3 - PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO SUBSÍDIO RESIDENCIAL SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Em 2006 teve continuidade o Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda. Iniciado em 2003, esse Programa visa atender ao maior número possível de famílias em situação de carência e que estejam sendo beneficiadas por algum programa de transferência de renda do governo federal, estadual ou municipal. É fornecido um desconto da ordem de 60% do valor da tarifa residencial básica às famílias que atendam aos critérios de enquadramento no subsídio residencial social, estabelecidos pelo Programa.

7.4 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RECEITA

Em 2006 foram efetuadas ações visando a recuperação de débitos pendentes. Tais ações resultaram em arrecadação de valores faturados em exercícios anteriores e reduziram os saldos dos valores a receber.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho econômico-financeiro da CORSAN nos últimos cinco anos pode ser avaliado na figura abaixo, na qual se verifica crescimento de 19,6% do Lucro Bruto em comparação com o ano anterior. No período de 2006, o Lucro Bruto da empresa atingiu R\$ 354,6 milhões e o Resultado do Exercício foi de R\$ 31,4 milhões.

Vale ressaltar que a Companhia obteve resultado positivo pelo quarto ano consecutivo.



A capitalização de parte da dívida junto ao Tesouro do Estado relativa ao Projeto "Pró-Guaíba", propiciou uma significativa melhora nos indicadores econômico-financeiros da Companhia. O Patrimônio Líquido evoluiu de R\$ 359 milhões em 2005 para R\$ 525 milhões em 2006. Finalmente, cabe registrar nosso agradecimento aos funcionários da CORSAN, à Secretaria das Obras Públicas e Saneamento e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a confiança do Conselho de Administração e o zelo dos membros do Conselho Fiscal, por seu apoio, sem o qual não seria possível alcançar os resultados positivos apresentados neste Relatório.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2006.

Telmo José Kirst
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

	ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	
		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado	
CIRCULANTE	221.381	221.517	222.580	222.714	285.242	419.768	285.325	419.899	
Disponibilidades	14.180	12.722	14.794	13.010	Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	66.731	162.189	66.731	162.189
Contas a Receber de Usuários, líquidas (Nota 5)	154.369	160.691	154.369	160.691	Fornecedores (Nota 14)	65.021	79.203	64.837	79.090
Estoques (Nota 6)	31.517	23.437	31.919	24.191	Impostos e Contribuições	21.821	19.457	21.913	19.542
Valores a Compensar (Nota 7)	7.266	11.887	7.334	11.946	Impostos e Contribuições - Parcelamentos (Nota 15)	42.272	48.116	42.297	48.138
Créditos com Prefeituras Municipais	917	726	917	726	Dívidas com Fundação CORSAN (Nota 20 (c))	29.897	33.295	29.897	33.295
Créditos Fiscais Diferidos (Nota 8)	7.935	8.332	7.935	8.332	Consignações	2.101	2.847	2.101	2.847
Outros Créditos (Nota 9)	5.197	3.722	5.312	3.818	Provisões Tributárias, Trabalhistas e Outras	87	4.893	99	4.893
					Provisão para Tributos Diferidos (Nota 16)	7.935	8.332	7.935	8.332
NÃO CIRCULANTE	1.403.848	1.434.858	1.403.006	1.433.984	Férias e Encargos a Pagar	25.419	24.513	25.500	24.580
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	64.277	86.592	64.368	86.681	Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19 (b))	17.500	33.690	17.500	33.690
Depósitos Judiciais	5.283	3.309	5.352	3.375	Outros Débitos	6.458	3.233	6.515	3.303
Créditos com Prefeituras Municipais	3.957	2.792	3.957	2.792	NÃO CIRCULANTE	814.703	877.549	814.837	877.590
Rendimentos SIAC	254	16.956	254	16.956	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	814.703	877.549	814.837	877.590
Créditos Fiscais Diferidos (Nota 8)	43.362	51.168	43.362	51.168	Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	435.295	498.592	435.295	498.592
Outros créditos (Nota 9)	11.421	12.367	11.443	12.390	Fornecedores (Nota 14)	23.392	530	23.392	530
					Impostos e Contribuições - Parcelamentos (Nota 15)	70.162	100.056	70.182	100.097
PERMANENTE	1.339.571	1.348.266	1.338.638	1.347.303	Dívidas com Fundação CORSAN (Nota 20 (c))	176.005	186.694	176.005	186.694
INVESTIMENTOS	2.631	2.767	858	858	Provisão para Tributos Diferidos (Nota 16)	43.362	51.168	43.362	51.168
Participação em Empresa Controlada (Nota 10)	1.873	2.009	-	-	Provisão para Contingências (Nota 17)	32.789	15.473	32.903	15.473
Outros Investimentos	758	758	858	858	Provisão para Benefício Pós-Emprego (Nota 18)	33.698	25.036	33.698	25.036
					ACIONISTAS MINORITÁRIOS			140	151
IMOBILIZADO	1.336.940	1.345.499	1.337.780	1.346.445	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	525.284	359.058	525.284	359.058
Imobilizado Técnico (Nota 11)	1.223.406	1.239.406	1.224.246	1.240.352	CAPITAL SOCIAL (Nota 19 (a))	503.842	352.386	503.842	352.386
Obras em Andamento (Nota 11)	113.534	106.093	113.534	106.093	RESERVAS DE CAPITAL	16.276	15.347	16.276	15.347
					Auxílios para Obras	8.677	8.195	8.677	8.195
TOTAL	1.625.229	1.656.375	1.625.586	1.656.698	Doações e Subvenções para Investimentos	7.599	7.152	7.599	7.152
					RESERVA DE REAVALIÇÃO	131.521	147.444	131.521	147.444
					PREJUÍZOS ACUMULADOS	(126.355)	(156.119)	(126.355)	(156.119)
					TOTAL	1.625.229	1.656.375	1.625.586	1.656.698



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Levando a vida até você.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL	1.013.185	915.887	1.014.205	916.834
(-) Impostos, devoluções e abatimentos	(94.449)	(82.384)	(97.408)	(85.400)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	918.736	833.503	916.797	831.434
(-) Custo dos Serviços	(564.164)	(537.014)	(561.104)	(533.748)
LUCRO BRUTO	354.572	296.489	355.693	297.686
(-) Despesas Comerciais	(34.868)	(31.728)	(35.022)	(31.871)
(-) Despesas Administrativas	(136.329)	(141.124)	(137.457)	(142.151)
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas (Nota 23)	(22.979)	(24.410)	(22.888)	(24.482)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(112.854)	(60.290)	(112.792)	(60.257)
Receitas Financeiras (Nota 22)	68.041	63.961	68.108	63.998
(-) Despesas Financeiras (Nota 22)	(180.895)	(124.251)	(180.900)	(124.255)
LUCRO OPERACIONAL	47.542	38.937	47.534	38.925
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.544	(1.372)	1.542	(1.357)
Receitas Não Operacionais	2.120	703	2.120	718
(-) Despesas Não Operacionais	(576)	(2.075)	(578)	(2.075)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	49.086	37.565	49.076	37.568
(-) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (Nota 21)	(5.303)	(4.824)	(5.303)	(4.825)
(-) Imposto de Renda (Nota 21)	(12.356)	(12.597)	(12.356)	(12.598)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	10	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.427	20.144	31.427	20.144
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)	103,93	67,34		

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
I - ORIGENS DE RECURSOS				
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	31.427	20.144	31.427	20.144
Itens que não afetam o Capital Circulante Líquido:				
Depreciações e Amortizações	96.077	100.783	96.210	100.920
Equivalência Patrimonial	136	(8)	-	-
Custos das Baixas do Ativo Permanente	13.905	2.075	13.907	2.082
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	8.662	43.349	8.662	43.349
Provisão para Contingências	7.666	32.515	7.779	32.515
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	23.726	31.783	23.726	31.780
Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	(10)	1
	181.599	230.641	181.701	230.791
DOS SÓCIOS				
Aumento de Capital	151.456	-	151.456	-
	151.456	-	151.456	-
DE TERCEIROS				
Aportes de Financiamentos de Longo Prazo	588	2.334	588	2.334
Redução Realizável a Longo Prazo	33.367	-	33.367	-
Doações e Subvenções	929	421	929	421
Outras Adições ao Exigível a Longo Prazo	23.309	554	23.309	554
	58.193	3.309	58.193	3.309
Total das Origens	391.248	233.950	391.350	234.100
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Imobilizado	101.423	80.410	101.452	80.546
Realizável a Longo Prazo	-	609	-	586
Juros sobre Capital Próprio	17.586	15.000	17.586	15.000
Transferências de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	62.749	55.173	62.749	55.173
Transferências de Outras Obrigações de Longo Prazo para o Circulante	69.691	86.983	69.691	86.983
Amortizações do Exigível a Longo Prazo	5.409	14.849	5.432	14.862
Total das Aplicações	256.858	253.024	256.910	253.150
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-II)	134.390	(19.074)	134.440	(19.050)
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE				
NO FIM DO EXERCÍCIO	221.381	221.517	222.580	222.714
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	221.517	215.379	222.714	216.256
	(136)	6.138	(134)	6.458
PASSIVO CIRCULANTE				
NO FIM DO EXERCÍCIO	285.242	419.768	285.325	419.899
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	419.768	394.556	419.899	394.391
	(134.526)	25.212	(134.574)	25.508
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-III)	134.390	(19.074)	134.440	(19.050)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS			
Saldos em 31/12/04	352.386	7.787	7.139	164.542	(178.361)	353.493
Recebimento de Auxílios e Doações	-	408	13	-	-	421
Realização de Reservas	-	-	-	(17.098)	17.098	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	20.144	20.144
Saldos em 31/12/05	352.386	8.195	7.152	147.444	(156.119)	359.058
Aumento de Capital	151.456	-	-	-	-	151.456
Recebimento de Auxílios e Doações	-	482	447	-	-	929
Realização de Reservas	-	-	-	(15.923)	15.923	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(17.586)	(17.586)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	31.427	31.427
Saldos em 31/12/06	503.842	8.677	7.599	131.521	(126.355)	525.284

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, sociedade anônima de capital aberto, CNPJ n.º 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, n.º 120, 18º andar, Centro, tem como seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital votante e 60,72% do seu capital total. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as disposições da legislação societária brasileira e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas nas rubricas de Outros Créditos do Ativo Realizável a Longo Prazo, Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências, para fins de comparabilidade.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e sua controlada COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL. A controladora detém 93,02% do capital social votante da controlada.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- a) A controladora e a controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- b) Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados;
- c) Foram destacadas as parcelas do patrimônio líquido e do resultado do exercício referente às participações dos acionistas minoritários.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

b) Contas a Receber de Usuários

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

e) Investimentos

A participação em empresa controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, e conforme nota 11, grande parte dos bens integrantes do ativo imobilizado foi reavaliada, como também foi acrescida a Correção Monetária Complementar, art. 3.º, Lei n.º 8.200 de 29/06/91. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Sistemas de Água e Esgoto	4% a.a.
Prédios e Instalações Fixas	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Demais Bens Móveis	10% a.a.

Os juros e demais encargos financeiros relacionados aos financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos.

g) Provisão para Férias e Encargos

Foi constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

h) Provisão para Contingências

Foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas. Os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais.

i) Benefícios Pós-Emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM 371 de 2000, a Companhia reconheceu no exigível a longo prazo, os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real.

k) Direitos e Obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária ou variação cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro rata die".

l) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nas demonstrações contábeis e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

5. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Contas a Receber Vincendas		
Particular	72.774	64.663
Pública	3.723	3.864
Contas a Receber Vencidas		
Particular	28.399	28.249
Pública	24.209	43.472
Receitas a Faturar	32.138	31.193
Total de Contas a Receber	161.243	171.441
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.874)	(10.750)
Total de Contas a Receber líquidas	154.369	160.691

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

O saldo com o Poder Público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes federal, estadual e municipal. Estes valores referem-se principalmente à faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e historicamente têm sido liquidados através de encontro de contas.

Receitas a Faturar: refere-se aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

6. ESTOQUES

O saldo de estoques está assim representado:

Itens	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Tubulações de Água e Esgoto	28.707	20.678	28.707	20.678
Materiais de Tratamento/Laboratório	1.000	1.326	1.362	2.029
Materiais Diversos	1.810	1.433	1.850	1.484
Total	31.517	23.437	31.919	24.191

7. VALORES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	62	-	62
Cofins a Compensar	1.862	2.519	1.862	2.519
Pasep a Compensar	404	547	404	547
Contribuição Social sobre o Lucro	1.156	2.512	1.156	2.512
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	3.767	6.172	3.767	6.172
Outros Valores a Compensar	77	75	145	134
Total	7.266	11.887	7.334	11.946

8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

De acordo com a Instrução CVM 371/02 vêm sendo apropriados os créditos fiscais diferidos sobre bases negativas de Contribuição Social e de Prejuízos Fiscais acumulados de Imposto de Renda. Os dados destes procedimentos são os seguintes:

Descrição	2006		2005	
Prejuízos fiscais na escrita fiscal	379.593	401.339		
Adições temporárias	274.047	274.813		
Exclusões temporárias	(338.686)	(356.414)		
Base de cálculo	314.954	319.738		
Crédito fiscal diferido alíquota de 25%	78.739	79.935		
Base de cálculo negativa de contribuição social na escrita fiscal	267.966	293.218		
Adições temporárias	264.450	262.090		
Exclusões temporárias	(396.075)	(422.469)		
Base de cálculo	136.341	132.839		
Crédito fiscal diferido alíquota de 9%	12.271	11.956		
Soma dos créditos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	91.010	91.891		

Outrossim, tendo como base o estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia conservadoramente entende que um período máximo de realização seria em até cinco anos, motivo pelo qual apropriou somente parte destes créditos, equalizando com os mesmos valores de tributos diferidos sobre a Reserva de Reavaliação.

A movimentação ocorrida desde 31/12/04 é a seguinte:

Descrição	Controladora
Valor apropriado em 31/12/04 a crédito de Patrimônio Líquido	68.308
Ajustes em 2005 na conta de Patrimônio Líquido	(8.808)
Saldo em 31/12/05	59.500
Ajustes em 2006 na conta de Patrimônio Líquido	(8.203)
Saldo em 31/12/06	51.297
Sendo, no curto prazo	7.935
no longo prazo	43.362
Perspectiva de realização em 2007	7.935
2008	10.571
2009	13.610
2010	15.987
2011	3.194
Total	51.297

9. OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Adiantamentos a Terceiros	1.558	216	1.558	216
Créditos de Empregados	2.710	2.463	2.710	2.463
Por Serviços ou Obras Prestados a Terceiros	362	462	362	462
Tesouro do Estado	106	104	106	104
Créditos Diversos	461	477	576	573
Total	5.197	3.722	5.312	3.818

LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Reclamações e Rescisões Contratuais	8.828	7.403	8.828	7.403
Créditos Diversos	2.593	4.964	2.615	4.987
Total	11.421	12.367	11.443	12.390

O saldo de reclamações e rescisões contratuais refere-se, principalmente, ao fornecimento de água ao município de Novo Hamburgo, relativo ao sistema integrado, cujo recebimento vem sendo discutido na esfera judicial.

10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento na controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL está assim representado:

	2006	2005
Capital Social	3.884	3.884
Patrimônio Líquido	2.013	2.160
Resultado do Período	(145)	9
Percentual de Participação - %	93,02	93,02
Saldo no Início do Exercício	2.009	2.001
Resultado de Equivalência Patrimonial	(135)	8
Outros Ajustes de Equivalência Patrimonial	(1)	-
Saldo Final do Exercício	1.873	2.009

11. IMOBILIZADO TÉCNICO E OBRAS EM ANDAMENTO

Imobilizado Técnico	Controladora					
	2006			2005		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Sistemas de Abastecimento de Água						
Custo Aquisição	823.051	(319.619)	503.432	767.426	(288.203)	479.223
Correção Monetária Complementar	154.341	(120.373)	33.968	154.632	(115.438)	39.194
Reavaliação	637.467	(500.482)	136.985	639.729	(480.330)	159.399
Total	1.614.859	(940.474)	674.385	1.561.787	(883.971)	677.816
Sistemas de Esgoto						
Custo Aquisição	524.895	(115.987)	408.908	518.228	(94.829)	423.399
Correção Monetária Complementar	48.223	(32.358)	15.865	48.222	(30.539)	17.683
Reavaliação	25.069	(16.305)	8.764	25.069	(15.307)	9.762
Total	598.187	(164.650)	433.537	591.519	(140.675)	450.844
Bens de Uso Geral						
Custo Aquisição	221.783	(153.821)	67.962	204.155	(143.283)	60.872
Correção Monetária Complementar	72.619	(62.166)	10.453	72.727	(60.636)	12.091
Reavaliação	72.895	(35.826)	37.069	72.895	(35.112)	37.783
Total	367.297	(251.813)	115.484	349.777	(239.031)	110.746
Total Geral	2.580.343	(1.356.937)	1.223.406	2.503.083	(1.263.677)	1.239.406

A Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações, monta R\$ 182.818 em 2006 (R\$ 206.944 em 2005). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que sua realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens do ativo permanente. Em cumprimento à Deliberação CVM 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo circulante e exigível a longo prazo (nota 16).

As contas de Obras em Andamento estão compostas da seguinte forma:

	Controladora	
	2006	2005
Água - Custo Aquisição	64.173	63.273
Esgoto - Custo Aquisição	23.144	19.114
Encargos Financeiros sobre Obras	2.476	2.374
Bens de Uso Geral - Custo Aquisição	667	313
Adiantamentos a Terceiros	2.375	2.375
Valores Capitalizáveis Apropriados	20.699	18.644
Total	113.534	106.093

Reconciliação do Imobilizado Técnico e Obras em Andamento:

Imobilizado	Sistemas de Abastecimento de Água	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo em 31/12/06	674.385	433.537	115.484	113.534	1.336.940
Adições	9.502	41	17.420	74.460	101.423
Baixas	(509)	-	(104)	(13.292)	(13.905)
Transferências	46.467	6.624	636	(53.727)	-
Depreciações	(58.891)	(23.972)	(13.214)	-	(96.077)
Saldo em 31/12/05	677.816	450.844	110.746	106.093	1.345.499
Adições	4.655	18	13.012	62.725	80.410
Baixas	(42)	-	(25)	(2.008)	(2.075)
Transferências	42.837	29.166	1.523	(73.526)	-
Depreciações	(62.980)	(25.666)	(12.137)	-	(100.783)
Saldo em 31/12/04	693.346	447.326	108.373	118.902	1.367.947

Por força de decisão judicial da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo n.º 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme Termo de Entrega de Serviços Públicos Concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Supremo Tribunal da Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora tais serviços já tivessem sido entregues. Em virtude dessa pendência judicial, a partir de janeiro de 1997, a Companhia deixou de contabilizar a depreciação gerada por estes bens e aguarda decisão definitiva do Judiciário para então registrar contabilmente seus efeitos.

Os saldos existentes dessa pendência, incluídos no quadro inicial desta nota explicativa, são os seguintes:

Custo/Depreciação - Novo Hamburgo	Sistema de Abastecimento de Água	Sistema de Esgoto	Bens de Uso Geral	Total
Custo Corrigido	28.737	2.609	5.648	36.994
Normal	6.957	907	2.712	10.576
CMC	2.505	1.653	1.831	5.989
Reavaliação	19.275	49	1.105	20.429
Depreciação Acumulada	(13.414)	(686)	(1.792)	(15.892)
Normal	(2.838)	(273)	(556)	(3.667)
CMC	(1.435)	(387)	(328)	(2.150)
Reavaliação	(9.141)	(26)	(908)	(10.075)
Total	15.323	1.923	3.856	21.102

O Imobilizado Técnico da controlada está assim representado:

Imobilizado	2006			2005		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Bens de Uso Geral						
Custo Aquisição	3.125	(2.285)	840	3.139	(2.193)	946
Total	3.125	(2.285)	840	3.139	(2.193)	946

12. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os riscos envolvidos em suas operações, por não comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade operacional da prestação dos serviços.

Os bens da controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL, estão cobertos por seguro na modalidade vendaval, roubo e incêndio e automóvel (cobertura total), com importância segurada dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

Instituição	Indexador	Taxa de Juros Anual	Último Vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2006	2005	2006	2005
CEF - Caixa Econômica Federal	UPR*	5 a 12%	28/12/2015	16.876	15.180	123.023	137.069
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/3/2014	35.930	24.383	202.708	229.201
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11%	20/2/2016	6.124	7.466	8.153	13.651
BID - Projeto "Pro-Guaíba"	US DOLAR	4,85%	26/7/2020	7.801	115.160	101.411	118.671
Total				66.731	162.189	435.295	498.592

* UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).

O financiamento com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os demais empréstimos e financiamentos tiveram como objetivo a ampliação e modernização do sistema de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, realizada pelas instituições financeiras. Composição dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

Controladora	
Ano	Valor
2008	62.174
2009	62.117
2010	61.578
2011	58.269
2012	56.726
Após 2012	134.431
Total	435.295

14. FORNECEDORES

CURTO PRAZO

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Fornecedores de materiais e serviços	52.994	78.858	52.810	78.745
Parcelamento - PROCERGS (Nota 20 (d))	11.692	-	11.692	-
Parcelamento - CEEE	335	345	335	345
Total	65.021	79.203	64.837	79.090

LONGO PRAZO

O valor de fornecedores registrado no longo prazo, em 31/12/06, refere-se a parcelamentos com a CEEE, no valor de R\$ 892 (R\$ 530 em 31/12/05) e com a PROCERGS, no valor de R\$ 22.500.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS

Imposto ou Contribuição	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Controladora			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2006	2005	2006	2005
IRPJ s/Lucro Inflac. - Proc. 11080.009570/2003-90		SELIC	31/08/2008	2.514	2.271	1.676	3.784
COFINS - Proc. 11080.006781/2004-51		SELIC	31/08/2009	14.945	13.336	24.909	35.561
PASEP - Proc. 11080.009138/2005-61		SELIC	31/10/2010	11.850	10.352	33.575	39.685
PASEP - Proc. 11080.001942/00-52		SELIC	31/10/2010	1.589	1.388	4.502	5.322
INSS - Proc. 56839		SELIC	28/02/2006	-	2.596	-	-
INSS - Proc. 01629386-0	UFIR	1% a.m	20/04/2013	980	942	5.228	5.969
INSS - Proc. 601747275		SELIC	20/07/2007	7.124	11.156	-	6.507
INSS - Proc. 601812		SELIC	20/01/2008	3.270	2.980	272	3.228
SESI 1503		SELIC	30/11/2006	-	1.899	-	-
SESI Honorários 1503H		SELIC	30/11/2006	-	61	-	-
SENAI 40403		SELIC	30/11/2006	-	187	-	-
SENAI Honorários 40403H		SELIC	30/11/2006	-	7	-	-
SENAI 7602003		SELIC	30/11/2006	-	909	-	-
SENAI 7602003H		SELIC	30/11/2006	-	32	-	-
Total				42.272	48.116	70.162	100.056

Os vencimentos dos impostos e contribuições a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2008	31.713
2009	24.784
2010	11.389
2011	984
2012	984
Após 2012	308
Total	70.162

A Controlada possui parcelamento de Programa de Integração Social – PIS no valor de R\$ 25 em 31/12/06 (R\$ 22 em 31/12/05) no curto prazo e R\$ 20 em 31/12/06 (R\$ 41 em 31/12/05) no longo prazo.

16. PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS

Demonstrativo da base de cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Controladora e Consolidado	
	2006	2005
Reserva de reavaliação exceto terrenos	150.945	175.071
Alíquota aplicada	34%	34%
Provisão para tributos diferidos	51.297	59.500

A movimentação ocorrida desde 31/12/04 é a seguinte:

Descrição	Controladora
Valor apropriado em 31/12/04 a crédito de Patrimônio Líquido	68.308
Ajustes em 2005 na conta de Patrimônio Líquido	(8.808)
Saldo em 31/12/05	59.500
Ajustes em 2006 na conta de Patrimônio Líquido	(8.203)
Saldo em 31/12/06	51.297
Sendo, no curto prazo	7.935
no longo prazo	43.362

Perspectiva de realização em	2007	2008	2009	2010	2011	Total
	7.935	10.571	13.610	15.987	3.194	51.297

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo exigível a longo prazo, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Estes valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos administradores e da assessoria jurídica.

A provisão para contingências é composta como segue:

Ações	Saldo em 31/12/05	Adições	Exclusões	Despesas Financeiras	Saldo em 31/12/06
Trabalhistas	57.451	13.879	(3.619)	3.865	71.576
Cíveis e Fiscais	43.484	2.528	(10.538)	4.604	40.078
Total	100.935	16.407	(14.157)	8.469	111.654
(-) Depósitos Judiciais	(85.462)	(22.388)	28.985	-	(78.865)
Total	15.473	(5.981)	14.828	8.469	32.789

As principais contingências provisionadas são:

Ações Trabalhistas

a) Processo 241/93 SINDIÁGUA - A origem do processo foi em decorrência da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, decorrente do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/12/06 esta provisão totaliza R\$ 18.791 (R\$ 17.737 em 31/12/05).

b) Outras Reclamatórias Trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por funcionários e ex-funcionários da Companhia e totalizam 3.273 ações. Em 31/12/06 esta provisão totaliza R\$ 52.785 (R\$ 39.714 em 31/12/05).

Ações Cíveis e Fiscais

As ações cíveis referem-se primariamente a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, ajuizadas tanto no Juizado Especial Cível - JEC ou na justiça comum. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações de obrigação de fazer realizar, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se principalmente a cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Em 31/12/06 estas provisões totalizam R\$ 40.078 (R\$ 43.484 em 31/12/05).

A Companhia possui ainda ações cíveis e fiscais ajuizadas contra si, para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 50.766 em 31/12/06 (R\$ 10.554 em 31/12/05).

Adicionalmente, em agosto de 2005, a CORSAN foi notificada de ação pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande. Essa ação requereu da Companhia, entre outras ponderações, indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais aos moradores do Parque Marinha. Conforme opinião dos assessores jurídicos externos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito. Atualmente foi apresentada a Promotoria de Rio Grande proposta de compensações sócio-ambientais estimadas em R\$ 3.052, registrada na rubrica provisão para contingências – ações cíveis.

A controlada possui ações trabalhistas, para as quais foi provisionado o valor de R\$ 114.

18. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva, avaliado anualmente por atuário independente. O custo anual para a patrocinadora é em média 12% sobre o total dos salários de participação de todos os empregados e assistidos. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente.

A CORSAN possui contratada a Reserva a Amortizar referente ao passivo existente na Fundação CORSAN, cujo saldo em 31/12/06 é de R\$ 205.902 (R\$ 219.989 em 31/12/05).

A Companhia contratou um Atuário Independente para proceder ao cálculo do passivo da CORSAN relativo a contribuição ao Fundo de Previdência de seus funcionários, registrado na conta de Provisão para Benefício Pós-Emprego, de forma a atender as normas estabelecidas pela Deliberação CVM n° 371. Considerando os valores das provisões de "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", na proporção acumulada de 5/5 para 2006, descontado o saldo da Reserva a Amortizar contratada, a Provisão para Benefício Pós-Emprego acumulada em 31/12/06 é de R\$ 33.698 (R\$ 25.036 em 31/12/05), conforme o seguinte demonstrativo:

	2006	2005
(1) Valor Presente da Obrigação Atuarial	796.727	735.427
(2) Valor Justo dos Ativos do Plano	(329.504)*1	(318.349)
(3) = (1)+(2) Obrigações Descobertas	467.223	417.078
(4) Passivo Inicial a Reconhecer	-	(41.290)
(5) Parcela do Valor Presente da Obrigação Atuarial de responsabilidade dos participantes (EC 20/1998)	(130.661)	(122.398)
(6) Ganhos(Perda) a Reconhecer	(160.879)	(154.661)
(7) = (3)+(4)+(5)+(6) Valor da Obrigação Atuarial Líquida	175.683 *1	98.729
(8) Passivo Reconhecido da CORSAN com a FUNDAÇÃO CORSAN	(205.902) *1	(219.989)
(9) = (8) - (7) Passivo Reconhecido Excedente à Obrigação Atuarial	30.219*1	121.260
(10) Provisão "PAI/SPP"	15.156*1	11.390
(11) Provisão "IPE SAÚDE"	18.542*1	13.646
(12) = (7)+(8)+(9)+(10)+(11) Passivo Líquido Reconhecido no Balanço (NPC 26/CVM371)	33.698*1	25.036

*1: A Companhia já reconheceu, em 31/12/06, o valor de R\$ 205.902 como saldo de débitos para com o Plano de Benefício Definido da patrocinadora FUNDAÇÃO CORSAN, o qual nos termos da Deliberação CVM 371 não está incluído no Valor Justo do Ativo do Plano. Como esse valor de R\$ 205.902 é superior ao valor atuarialmente avaliado como Valor da Obrigação Líquida, a Companhia, além desse saldo de débitos, só reconheceu, em 31/12/06, o aumento verificado ao longo de 2006 nas Provisões "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", que foi de R\$ 8.662.

A despesa estimada para o exercício de 2007 referente ao Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia junto à FUNDAÇÃO CORSAN, que não inclui as movimentações relativas à Provisão "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", já que tais movimentações são reconhecidas imediatamente, é a seguinte:

	2006 (Estimada)
(1) Custo do Serviço Corrente Bruto	14.863
(2) Contribuições dos empregados participantes	(13.859)
(3) = (1) - (2) Custo do Serviço Corrente Líquido das contribuições dos empregados participantes	1.004
(4) Custo dos Juros	80.023
(5) Retorno Esperado dos Investimentos	(44.851)
(6) Amortização de ganhos e perdas que excederam ao corredor	6.734
(7) Amortização da Obrigação Atuarial Inicial	0
(8) = (3)+(4)+(5)+(6)+(7) Total da Despesa do Exercício	42.910 *1

*1: Esse total deverá ser deduzido do valor das contribuições que a Companhia realizará em 2007.

As principais premissas atuariais utilizadas em 31/12/06, são conforme segue:

a) Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 12,36% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de juros reais de 6% ao ano).

b) Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 12,36% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de juros reais de 6% ao ano).

c) Taxa de crescimento salarial 8,5% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de crescimento real de 2,4% ao ano).

d) Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 6% ao ano (igual a inflação média de longo prazo).

e) Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,97 ou 97 % (compatível com a inflação média de longo prazo de 6% ao ano).

f) Tábua de rotatividade: Tábua decrescente em função da idade atingida, representando uma rotatividade média ao longo dos anos remanescentes de atividade da ordem de 0,77% ao ano.

g) Tábua Geral de Mortalidade: (qx) da GAM-83 (DESAGRAVADA EM 10%).

h) Tábua de entrada em invalidez: (ix) LIGHT (MÉDIA)

i) Tábua de mortalidade de inválidos: () igual ao (qx) da GAM-71.

j) Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para qx / ix / .

k) Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa patrocinadora.



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em dezembro de 2006, foi realizado aumento de capital da CORSAN, subscrição e integralização de 108.182.798 ações pelo Estado do Rio Grande do Sul, sendo 54.091.399 ações ordinárias e 54.091.399 ações preferenciais, no valor de R\$ 151.456, resultado de encontro de contas realizado entre CORSAN e Estado (nota 20 (b)).

No mesmo mês, o Estado alienou 150.000.000 ações preferenciais da Companhia para a Caixa de Administração da Dívida Pública – CADIP. Em decorrência dessas operações, o Estado do Rio Grande do Sul que detinha 96,66% do capital total da CORSAN, passou a deter 60,72% do mesmo capital. Do capital votante o Estado continua detendo 99,99%. A acionista CADIP, por sua vez, que detinha 3,34% do capital total da CORSAN, passou a deter 39,28%, não possuindo ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Ações	Capital Total (%)	Capital Votante (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	43.659.006	247.318.012	60,71864745	99,99999018
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A - CADIP	0	160.000.000	160.000.000	39,28134273	0,00000000
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000246	0,00000246
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000148	0,00000148
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000	100,00000000

A Companhia está autorizada a, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar seu Capital Social até o limite de R\$ 657.351, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei n.º 6404/76.

b) Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com a Lei n.º 9.249/95, a Companhia efetuou em 2006 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 17.586 (R\$ 15.000 em 2005), utilizando como base a taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observando o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração de resultado na linha de despesas financeiras para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de aproximadamente R\$ 5.979 em 2006 (R\$ 5.100 em 2005).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL

A CORSAN transaciona com a empresa controlada o produto químico sulfato de alumínio líquido à razão de 1.300 toneladas/mês, que é utilizado no tratamento da água. As condições de aquisição do referido produto são estabelecidas na legislação vigente com dispensa de licitação, com prazo de vencimento de 30 dias, sendo que os preços praticados estão alinhados com o mercado no valor de R\$ 702,22 tonelada/FOB.

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a controladora e a controlada:

Contas	Controladora		Controlada	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber	2	3	1.122	954
Faturamento relacionado	30	35	10.230	10.487

b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

Descrição	2006	2005
Faturamento de contas de água devido pelo Estado - Saldo a Receber	9.413	31.678
Juros do SIAC - Caixa Único - Saldo a Receber da Secretaria da Fazenda Estadual	254	16.956
Quitação pelo Governo do Estado dos Empréstimos do BID (*)	-	(104.328)
Juros sobre o Capital Próprio a pagar para o Estado	(17.500)	(33.690)

(*) Saldo mantido na própria conta de empréstimo até a formalização do referido repasse junto ao governo estadual.

Criado pelo Decreto Lei 33.958 de 24 de maio de 1991, SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado, determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos lá depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31/12/06 é de R\$ 254 (R\$ 16.956 em 31/12/05), tendo sido apropriados o montante de R\$ 1.796 em 2006 (R\$ 1.750 em 2005).

Foi realizado encontro de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, através de Termo de Acordo datado e assinado em 21/12/06, envolvendo os seguintes valores:

Crédito de R\$ 127.145, composto de:

- faturas referentes a fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto e serviços prestados relativos a perfuração de poços artesanais, somando a quantidade de R\$ 44.035;
- rendimentos do SIAC – Caixa único, no valor de R\$ 18.498;
- assunção de dívida por parte do Estado referente a contratos de financiamento firmados entre CORSAN e Caixa Econômica Federal – CEF no valor de R\$ 64.612.

Débito de R\$ 278.601, composto de:

- juros sobre o capital próprio, creditados em 2003, 2004 e 2005, no montante de R\$ 33.264;
- quitação por parte do Estado das parcelas vencidas até 26/06/06 de empréstimo com o BID, no valor de R\$ 180.725;
- contraprestação dos contratos de financiamento firmados entre CORSAN e Caixa Econômica Federal – CEF no valor de R\$ 64.612, assumidos pelo Estado.

O valor resultante deste encontro de contas, R\$ 151.456, foi utilizado para aumento de capital da CORSAN, conforme nota 19 (a).

c) Fundação CORSAN

Os valores abaixo referem-se a parcelamentos da Reserva a Amortizar junto à Fundação CORSAN.

Contratos	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Curto Prazo		Longo Prazo	
				2006	2005	2006	2005
Fundação CORSAN Contr. 1298	INPC	6% a.a	31/03/2018	2.149	2.100	14.179	14.771
Fundação CORSAN Contr. 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	12% a.a	31/12/2010	13.905	13.500	31.728	38.867
Fundação CORSAN Contr. 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	21/12/2020	10.382	10.071	89.147	90.889
Fundação CORSAN Contr. 112209	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	31/10/2006	-	1.083	-	-
Fundação CORSAN Contr. 209.383	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	12% a.a	31/10/2006	-	1.849	-	-
Fundação CORSAN Contr. 345.674	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	31/10/2006	-	1.178	-	-
Fundação CORSAN Contr. 122005	(*)		01/12/2018	3.461	3.514	40.951	42.167
Total				29.897	33.295	176.005	186.694

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os Contratos 1298, 042001 e 122001 estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Os vencimentos dos parcelamentos com a Fundação Corsan a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2008	22.572
2009	22.572
2010	22.584
2011	12.000
2012	12.000
Após 2012	84.277
Total	176.005

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos a PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. Em dezembro de 2006, foi efetuada repactuação da dívida existente com a PROCERGS, referente a serviços prestados nos anos de 2005 e 2006, o saldo a pagar, em 31/12/06, incluído na rubrica de fornecedores, é de R\$ 34.192 (R\$ 31.580 em 31/12/05), sendo R\$ 11.692 no curto prazo e R\$ 22.500 no longo prazo.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados para os exercícios findos em 31/12/06 e 31/12/05 podem ser demonstrados como segue:

Reconciliação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro	2006		2005	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	49.086	49.086	37.565	37.565
Adições (Exclusões)				
Despesa de Juros sobre o Capital Próprio	(17.586)	(17.586)	(15.000)	(15.000)
Depreciação da Reavaliação	23.741	23.741	25.843	25.843
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.876)	(3.876)	(8.710)	(8.710)
Provisão para Contingências	10.740	10.740	(21.092)	(21.092)
Provisão para Benefícios Pós Emprego	8.662	8.662	(2.332)	(2.332)
Provisão para Benefício Suplementar	(1.699)	(1.699)	45.681	45.681
Varição Cambial	(214)	(214)	(21.566)	(21.566)
Contas a Receber de Entidades Públicas	6.010	6.010	246	246
Outros	(2.376)	9.312	33.327	35.930
Base de Cálculo	72.488	84.176	73.962	76.565
Compensação de Prejuízos Fiscais	(21.746)	(25.253)	(22.188)	(22.970)
Base de Cálculo após Compensação de Prejuízos Fiscais	50.742	58.923	51.774	53.595
Alíquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social antes das Deduções	12.685	5.303	12.943	4.824
Deduções do IR e CS e Outros Ajustes	(329)	-	(346)	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	12.356	5.303	12.597	4.824

A controlada não apurou, em 31/12/06, Contribuição Social (R\$ 1 em 31/12/05) e Imposto de Renda (R\$ 1 em 31/12/05).

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras dos exercícios de 2006 e 2005 estão assim compostas:

	Controladora	
	2006	2005
Receitas Financeiras	68.041	63.961
Juros sobre Financiamentos Externos	12.299	6.857
Acréscimos por Inadimplementos	9.711	6.477
Outras Receitas Financeiras	2.287	2.050
Varições Monetárias Ativas	5.743	4.798
Varições Cambiais Ativas	38.001	43.779
Despesas Financeiras	(180.895)	(124.251)
Juros e Taxas sobre Financiamentos Internos*	(111.853)	(35.234)
Juros e Taxas sobre Financiamentos Externos	(4.457)	(10.017)
Juros e Taxas sobre Outras Obrigações	(16.069)	(23.910)
Varições Monetárias Passivas	(23.760)	(32.877)
Varições Cambiais Passivas	(24.756)	(22.213)
Total	(112.854)	(60.290)

* Em outubro de 2006, foi alterado procedimento de contabilização das parcelas vencidas referentes ao financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com relação à interpretação do contrato de n.º 776 firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o BID e o Contrato de Repasse 01 firmado entre Estado e CORSAN. Este procedimento resultou na contabilização de despesas com juros sobre financiamentos em contrapartida do referido passivo, no montante de R\$ 76.408.

A controlada possui receitas financeiras no valor de R\$ 67 em 31/12/06 (R\$ 37 em 31/12/05) e despesas financeiras de R\$ 5 em 31/12/06 (R\$ 4 em 31/12/05).

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais dos exercícios de 2006 e 2005 estão assim compostas:

	Controladora	
	2006	2005
ICMS - Diferencial de Alíquota	1.860	805
CPMF	4.665	4.218
Juros e Multas sobre Tributos	13.658	16.835
Outros Tributos	2.659	2.560
Resultado de Equivalência Patrimonial	137	(8)
Total	22.979	24.410

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/12/06 são: disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares.

A Companhia não realizou até 31/12/06 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução n.º 235/95 da Comissão de Valores Mobiliários.

Os empréstimos e financiamentos em 31/12/06, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 13, possuem R\$ 109.212 vinculado ao dólar Norte Americano, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Todos os financiamentos, em 31/12/06, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2006.

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF n.º 069.258.550-87

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF n.º 149.304.120-72

Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF n.º 269.098.390-72

Contabilização e Elaboração das Demonstrações Contábeis da CORSAN



ISO 9001:2000
FS 513963

Jorge Luis Accorsi
Diretor de Operações
CPF n.º 254.700.860-20

Alexandre Susin
Diretor Administrativo
CPF n.º 371.190.360-68

Elena Hahn Raupp
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS n.º 25.777
CPF n.º 177.314.700-59



Levando a vida até você.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO: R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS de
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

- 1) Examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo “1” representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN e controlada, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa nº 8, tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a empresa efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 51.297 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.
- 5) As demonstrações contábeis do exercício anterior, encerradas em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparabilidade foram examinadas por outros auditores independentes, conforme parecer datado de 10 de março de 2006.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2007.

CARLOS FREDERICO REINEHR
CONTADOR CRC/RS 019603/0-9
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/1/SP/IF/RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e, com base Parecer dos Auditores Independentes, recomendam que os referidos documentos sejam aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2007.

SERAFIM GABRIEL QUISSINI

JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS

DEMÉTRIO CARLOS LAZZARETTI

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovam os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2007.

Paulo Euclides Garcia de Azeredo
Presidente do Conselho

Jorge Luis Accorsi
Conselheiro

Carlos Germano Weinmann
Conselheiro

Jaime Cerbaro
Conselheiro

Adair José Trott
Conselheiro